



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
ESCLARECIMENTO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 031/2025

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, por meio de sua Agente de Licitação, designada pela Portaria n.º 007/2025, juntamente com o Gestor da área solicitante e Divisão Jurídica, torna público e para conhecimento dos licitantes, o presente esclarecimento, para melhor interpretação de nossa necessidade, referente ao Edital de Licitação n.º 031/2025:

1) Verifica-se dos autos o envio de pedido de esclarecimento ao Edital de Licitação nº 031/2025, formalizado pela empresa **C.S. CONSULTORIA E SERVIÇOS.**, por meio de e-mail enviado ao Setor de Licitações.

Vejamos os questionamentos:

1.1. – As empresas participantes do referido pregão (licitação), poderão se beneficiar do regime de tributação do simples nacional em suas planilhas de custos?

ESCLARECEMOS que:

1.1.1 - **Empresa optante pelo Simples Nacional não poderá gozar de nenhum benefício tributário na condição de optante**, em prestígio ao princípio da igualdade, devendo preencher a Planilha de Custo e Formação de Preços conforme o Regime Tributário que irá optar, caso seja contratada (Lucro Real ou Lucro Presumido), conforme Lei Complementar nº 123/2006 e Instrução Normativa RFB nº 2110/2022; 13.10.1.

1.1.2 - A empresa optante pelo Simples Nacional que venha a ser contratada estará sujeita à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõe o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, **visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários.**

1.1.3 - A empresa optante pelo Simples Nacional, se contratada, deverá apresentar cópia do documento que comprove sua solicitação, à Receita Federal do Brasil – RFB, de exclusão desse regime. Essa solicitação deve fazer referência expressa ao contrato firmado com COCEL e ser protocolizada na RFB no prazo previsto no art. 30, §1º, inciso II, da Lei Complementar 123/2006 (“até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação”).

1.1.4 - As MEs e EPPs optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional deverão considerar na formulação de suas propostas, além dos custos a que estejam obrigadas, os decorrentes de eventual exclusão desse regime (Simples Nacional), observados as regras, os prazos e os procedimentos estabelecidos na Lei Complementar 123/2006, hipótese que não ensejará direito à revisão contratual..

1.2 O Item 11 tributos, fala em obras, ele deve ser desconsiderado?

ESCLARECEMOS que:



1.2.1 O item mencionado refere-se a situações **em que haja prestação de serviços ou execução de obras**, condição não aplicável ao caso concreto. Diante da necessidade de esclarecimento complementar, o item 11.2 passará a seguinte redação:

“11.2 - DO ALVARÁ DE LICENÇA E/OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

11.2.1 - Fica a cargo da proponente vencedora a obrigação relativa ao recolhimento de taxas de alvará de licença e/ou taxa de licença para execução dos serviços.”

1.3 As planilhas de custos a empresa pode utilizar seu próprio modelo ou deve seguir a disponibilizada em Edital?

ESCLARECEMOS que:

1.3.1 Sugerimos seguir o modelo disponibilizado no Edital, para fins de uniformidade na análise das propostas, porém não será desclassificatório apresentar em outro modelo.

1.4 Insalubridade, deverá ser cotado algum grau de insalubridade, uma vez que é limpo banheiros de uso coletivo e conforme a sumula 448 deve-se cotar insalubridade, se sim qual o percentual a ser cotado?

ESCLARECEMOS que:

1.4.1 Conforme a Súmula 448 do TST, quando há limpeza de banheiros de uso coletivo com grande circulação, é devido o adicional de insalubridade, não sendo o caso da COCEL.

Deste modo, permanece inalterada a data de abertura, estabelecida para o **14 de agosto de 2025, às 9:00 horas**, em função de que não houve alteração de objeto e de valores, que comprometa a formulação da proposta comercial.

Sendo o que se apresenta para o momento, manifesto protestos de consideração e apreço.

Campo Largo, 29 de julho de 2025.

ANA LAURA LAGNER
Agente de Licitação